

DISCIPLINA: **INSTITUIÇÕES DE DIREITO**

CARGA HORÁRIA: **60h**

CRÉDITOS: **4**

PRÉ-REQUISITO: -----

PERÍODO: **7º**

CÓDIGO: **IEE477**

### **EMENTA**

Introdução. As diferenças lógicas entre o Direito e a Economia: linhas gerais de funcionamento do sistema jurídico (tópicos de teoria geral do Direito) direito Público e Direito Privado; os diversos ramos do Direito. A Constituição brasileira de 1988: forma de Estado, funções de Governo e estrutura e composição do Executivo, Legislativo e Judiciário; espécies de normas e sua hierarquia; direitos fundamentais e respectivos instrumentos constitucionais de garantia; a Ordem Econômica da Constituição. Noções básicas de direito Constitucional Tributário: conceitos e princípios básicos do sistema tributário; sistema de repartição de competências para instituir tributos e de suas receitas. Tópicos de direito Administrativo: Entidades da administração centralizada e descentralizada; sistema de prestação de serviços públicos no Brasil; mudanças institucionais recentes; contratos administrativos e noções sobre lei de licitações (Leis 8.987 e 8.666). Defesa do Consumidor: conceitos básicos da Lei 8.078; direitos do consumidor; estrutura institucional do sistema brasileiro de defesa do consumidor. Defesa da concorrência: conceitos básicos da Lei 8.884; aspectos repressivo e preventivo da lei: forma jurídica de controle de condutas e de estrutura; estrutura institucional de aplicação da lei.

### **BIBLIOGRAFIA**

BOBBIO, N. (1987). Estado e Governo, Sociedade. Rio de Janeiro: Paz & Terra.

\_\_\_\_\_. (1989). Teoria do Ordenamento Jurídico. Brasília: Polis/UNB.

CLÉVE, C.M. (1993). Atividade legislativa do Poder Executivo no Estado Contemporâneo e na Constituição de 1988. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FARIA, J. E. (1993). DIREITO E ECONOMIA NA DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRA. São Paulo: Malheiros.

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, atualizada até as últimas emendas.

LIMA LOPES, J. R. (1994). Direito Subjetivo e Direitos Sociais: o dilema do Judiciário no Estado Social de Direito, *in* FARIA (org.) *Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça*. São Paulo: Malheiros.

MELLO, M. T. L. (1988). A Ordem Econômica na Constituição de 1988. Mimeo. Constituição de 1988.

DI PIETRO, M. S. (1994). Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

\_\_\_\_\_. (1996). Parcerias na Administração Pública. São Paulo: atlas.

LEI DAS CONCESSÕES – L. 8.987

LEI DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – LEI 8666/93

MELLO FRANCO, V. H. (1993). O EXECUTIVO E O NOVO CÓDIGO DO CONSUMIDOR. LEI 8.078 (CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR)

BRUNA, S. V. (1997). O Poder Econômico.

LEI 8.884 (LEI DA DEFESA DA CONCORRÊNCIA).